

Curadoria do Meio Ambiente

Inquérito Civil n. 06.2012.00001120-0

Objeto: Apurar possível prática de dano ambiental e acompanhar a reparação do dano decorrente da conduta perpetrada por Joel Martins

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 1ª Promotoria de Justiça de Justiça, representada pela Promotora de Justiça, **Lia Nara Dalmutt**, ora **CELEBRANTE**, o **Município de Abelardo Luz**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.009.886/0001-61, com sede na Avenida Padre João Smedt, nº 1605, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Wilamir Domingos Cavassini**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 19/04/1960, filho de Mansueto Cavassini e Adelina Tiecher, portador do RG nº 843.024 SSP/SC e inscrito no CPF nº 422.859.689-49, e **Joel Martins**, (qualificação), brasileiro, convivente estável, autônomo, nascido em 19.02.1969, filho de Maria Serpa Martins e Arlindo Francisco Martins, portador do RG nº 2.556.517 SSP/SC e inscrito no CPF nº 739.393.909-68, residente e domiciliado na rua 1.000, nº 1.001, bairro São João Maria, em Abelardo Luz/SC, doravante denominado **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2012.00001120-0, e com fundamento no art. 5º, § 6º da Lei Federal n. 7.347/85, art. 25, alínea "a" da Lei Orgânica n. 8.625/93, no art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 e nos termos do artigo 19 e seguintes do Ato nº 335/2015/PGJ, têm entre si justo e acertado o seguinte;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força dos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, visando a proteção, nesse caso, **do meio ambiente**;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da CRFB);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi conferida legitimidade para a propositura de ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente, em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor (art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81);

CONSIDERANDO que a Lei n. 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, versa em seu artigo 2º, inciso VIII, que: "*A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] VIII - recuperação de áreas degradadas; [...]*"

CONSIDERANDO que a Lei 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define como meio ambiente "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*";

CONSIDERANDO que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/1981);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

CONSIDERANDO que, de acordo com a Lei estadual nº 6.320/1983, em seu artigo 61, a pessoa comete infração de natureza sanitária e

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz

está incursa nas penas discriminadas a seguir, quando: [...] XXXIII – Transgredir normas legais e regulamentares, pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar do solo e das radiações [...];

CONSIDERANDO as informações obtidas no Inquérito Civil nº 06.2012.00001120-0, dando conta que na rua 3.100, nº 99, no Bairro São João Maria, mais precisamente nas proximidades do Colégio Agrícola, há um depósito de lixo com resíduos plásticos e eletrônicos que hoje alcançam a soma aproximada de 15 a 20 toneladas;

CONSIDERANDO que restou apurado que o acúmulo de lixo no local foi gerado pelo particular **Joel Martins**, todavia, o terreno é de propriedade do **Município de Abelardo Luz**, que manteve-se inerte até o momento;

CONSIDERANDO que o **Município de Abelardo Luz** durante anos não promoveu a fiscalização necessária no local, gerando ocupação irregular por moradores e o acúmulo indevido de lixo;

CONSIDERANDO que hodiernamente o local não é mais utilizado para depósito de lixo, porém, existem acentuados entulhos que precisam de destinação adequada;

CONSIDERANDO que o **Município de Abelardo Luz** afirmou que não possui equipamentos e profissionais necessários para a remoção das toneladas de entulhos, necessitando, para tanto, contratar uma empresa especializada para retirada dos materiais depositados;

CONSIDERANDO que há necessidade de promover medidas necessárias para retirada das 15 a 20 toneladas de lixo e entulhos existentes no local, adequando-se o terreno às normas ambientais,

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/1985, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

1. DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª: O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto o compromisso de adoção de medidas pelo **COMPROMISSÁRIO Município de Abelardo Luz**, destinadas à recuperação da área degradada, localizada na rua 3.100, nº 99, no Bairro São João Maria, nas proximidades do Colégio Agrícola, no Município de Abelardo Luz, promovendo a retirada e a destinação correta dos resíduos ali depositados irregularmente; e pelo **COMPROMISSÁRIO Joel Martins**, no sentido de não mais promover a destinação inadequada de resíduos sólidos.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO JOEL MARTINS

CLÁUSULA 2ª: O **COMPROMISSÁRIO Joel Martins** compromete-se na obrigação de fazer, consistente em permitir que o **COMPROMISSÁRIO Município de Abelardo Luz** efetue a limpeza e a retirada de todo o material depositado no imóvel localizado na rua 3.100, nº 99, no Bairro São João Maria, nas proximidades do Colégio Agrícola, incluindo-se os resíduos provenientes de materiais recicláveis e eletrônicos utilizados anteriormente por **Joel Martins** para comercialização;

CLÁUSULA 3ª: Caso o **COMPROMISSÁRIO Joel Martins** tenha interesse em continuar desenvolvendo a atividade de reciclagem de materiais, compromete-se a solicitar, antes do reinício da atividade, a devida licença ambiental junto ao Instituto do Meio Ambiente (IMA) e o alvará municipal de funcionamento do estabelecimento;

Parágrafo Primeiro: O **COMPROMISSÁRIO Joel Martins** deverá atender à todas exigências e adequações estipuladas pelo IMA para a obtenção da licença ambiental;

Parágrafo segundo: Com o início das atividades, após a

obtenção da licença ambiental e do alvará municipal, o **COMPROMISSÁRIO Joel Martins** compromete-se a dar a destinação correta dos resíduos que não forem reaproveitados na reciclagem, para empresa ou aterro sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental;

Parágrafo terceiro: O **COMPROMISSÁRIO Joel Martins**, neste ato, fica cientificado de que o início das atividades antes da obtenção da licença ambiental, além das sanções previstas no presente TAC, também poderão ensejar multa por infração administrativa a ser aplicada pelo IMA;

3. DO RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE PELO COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

CLÁUSULA 4ª: O **COMPROMISSÁRIO Município de Abelardo Luz**, neste ato, reconhece expressamente a responsabilidade sob os danos ambientais perpetrados na área do imóvel localizado na rua 3.100, nº 99, no Bairro São João Maria, bem como o seu dever de promover a devida recuperação ambiental e coibir a prática de novos danos, eis que é proprietário legal e possuidor da área degradada;

4. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

CLÁUSULA 5ª: O **COMPROMISSÁRIO Município de Abelardo Luz**, na condição de proprietário do imóvel localizado na rua 3.100, nº 99, no Bairro São João Maria fica obrigado, no prazo de 9 (nove) meses da assinatura do presente termo, a retirar todos os resíduos e lixos existentes no imóvel supracitado, promovendo a limpeza integral do local;

CLÁUSULA 6ª: Para tanto, o **COMPROMISSÁRIO Município de Abelardo Luz** se compromete a protocolar junto ao Instituto do Meio Ambiente

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz

(IMA) Projeto de Recuperação da Área Degradada, firmada por profissional habilitado, no prazo máximo de 9 (nove) meses da assinatura do presente termo;

Parágrafo Único: No mesmo prazo, a providência indicada no *caput* desta cláusula deverá ser comprovada perante esta Promotoria de Justiça com a apresentação de cópia do referido plano e do respectivo comprovante do protocolo junto ao Órgão Ambiental;

CLÁUSULA 7ª: Caso o IMA exija adequações no PRAD, compromete-se o **COMPROMISSÁRIO Município de Abelardo Luz** a providenciá-las, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data em que tomar ciência da decisão do órgão ambiental;

Parágrafo Único: Uma vez homologado o PRAD, compromete-se o **COMPROMISSÁRIO Município de Abelardo Luz** a comprovar a execução do PRAD no prazo máximo de 3(três) meses a partir da homologação.

5. DO DESCUMPRIMENTO:

CLÁUSULA 8ª: Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas anteriores, incidirão os **COMPROMISSÁRIOS** em multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), cada um, por cada compromisso descumprido;

CLÁUSULA 9ª - As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados (Conta corrente: 63.000-4, Agência 3582-3, Banco do Brasil, CNPJ 76.276.849/0001-54);

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLÁUSULA 10ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil relacionada ao ajustado contra os **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado;

CLÁUSULA 11ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Abelardo Luz

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários e a promoção submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e o artigo art. 49, §1º, do Ato nº 395/2018/PGJ.

Abelardo Luz, 8 de fevereiro de 2019.

[assinado digitalmente]

Lia Nara Dalmutt
Promotora de Justiça

Município de Abelardo Luz
Wilamir Domingos Cavassini
Compromissário

Joel Martins
Compromissário

Testemunhas:

Tatiane Pires Tasca Stefani
Engenheira Agrônoma
RG nº 2.818.814 SSP/SC

Camila Recalcatti Piovesan
Assistente de Promotoria
RG nº 4.164.121 SSP/SC